

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/XXXX

MINUTA

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O SERVIÇO NACIONAL DE
APRENDIZAGEM RURAL – ADMINISTRAÇÃO
REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL (SENAR-
AR/MS) E A EMPRESA xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx,
CONFORME EDITAL Nº 041/2025, PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 041/2025 E SEUS ANEXOS.

O **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso do Sul** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.253.881/0001-03, estabelecida na Rua Marcino dos Santos, n.º 401, Chácara Cachoeira II, em Campo Grande/MS, neste ato representado, conforme PORTARIA N.º 013/21/PRES.CA, pelo Superintendente, **Sr. Lucas D. Galvan**, brasileiro, portador do RG n.º 33.430.987-6 SSP/SP e CPF n.º 996.035.431-87, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado **SENAR-AR/MS**, e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º....., Inscrição Estadual n.º....., Inscrição Municipal n.º....., com sede na, neste ato representada por, portador do RG n.º..... e do CPF n.º, e-mail, doravante denominada **CONTRATADA** celebram o presente CONTRATO de prestação de serviços, de acordo com o que determina o Regulamento de Licitações e Contratos (RLC) do SENAR, revisto e consolidado pela Resolução n.º 030/2024/CD, de 02/05/2024 do Conselho Deliberativo do SENAR e legislação pertinente, bem como cláusulas e condições constantes do ato convocatório, o qual decorre da homologação do resultado do Pregão Eletrônico n.º 041/2025, pelo Presidente do Conselho de Administração do SENAR-AR/MS, aplicando-se a este as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para execução de serviços de pintura predial, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e demais insumos necessários, visando a revitalização do Bloco Anexo do **SENAR-AR/MS**.

1.1.1. DAS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO						
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QTDE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	01	Pintura Interna: Pintura de paredes de alvenaria e gesso acartonado nas áreas internas, com tinta acrílica cor branco gelo acetinado, duas (2) demãos. Deverá ser aplicado fundo preparador em toda área; Para a execução dos serviços deverão ser removidos e reinstalados os equipamentos que impossibilitarem a pintura. Trincas e fissuras deverão ser tratadas com sela trinca ou material similar.	M²	1.365		
	02	Pintura de forro em gesso drywall: Pintura de forro em drywall nas áreas internas, com tinta acrílica cor branco neve acetinado, duas (2) demãos. Deverá ser aplicado fundo preparador em toda área; Para a execução dos serviços deverão ser removidos e reinstalados os equipamentos que impossibilitarem a pintura. Trincas e fissuras deverão ser tratadas com sela trinca ou material similar.	M²	766		
	03	Instalação de Alçapão tipo click Fornecimento e instalação de alçapão tipo click, para forro em gesso acartonado, na cor branco, com dimensões aproximadas de 50x50cm.	UND	06		

1.1.2. DA PREPARAÇÃO DAS SUPERFÍCIES.

1.1.2.1. Todas as superfícies deverão estar secas, isentas de impurezas, limpas, retocadas e preparadas para o tipo de pintura a que se destinam.

1.1.2.2. Todas as partes soltas ou mal aderidas devem ser eliminadas através de raspagem ou escovação da superfície.

1.1.2.3. As pequenas imperfeições das paredes devem ser corrigidas com massa acrílica em superfícies internas ou externas.

1.1.2.4. Manchas de gordura ou graxa devem ser eliminadas com água e detergentes.

1.1.2.5. Paredes mofadas devem ser raspadas e lavadas com uma solução de água e água sanitária (1:1) e a seguir lavadas e enxaguadas com água potável.

1.1.3. As superfícies metálicas a serem pintadas, deverão receber limpeza prévia com escova de aço e lixa até a completada remoção de sujeiras e ferrugens. Em seguida receberão duas demãos de fundo anticorrosivo.

1.1.4. Não serão aceitos escorrimentos ou salpicos de tinta nas superfícies não destinadas à pintura (caixilharias, vidros, aparelhos etc.). Os salpicos que não puderem ser evitados deverão ser removidos enquanto a tinta estiver fresca, empregando-se removedor.

1.1.5. O levantamento apresentado serve como mero subsídio, portanto, é orientativa, a empresa contratada deverá analisar e endossar os dados, diretrizes e exequibilidade do serviço, responsabilizando-se consequentemente por seus resultados a qual não poderá arguir omissões, enganos ou erros.

1.1.6. CONVENÇÕES PRELIMINARES.

1.1.6.1. Deverão ser utilizadas as boas práticas para o tipo de acabamento que é objeto deste termo de referência, atendimento as orientações técnicas dos fabricantes e a todas as normas técnicas vigentes de segurança.

1.1.6.2. Todos os materiais a serem empregados na execução dos serviços deverão atender às especificações deste termo e obedecer às especificações de qualidade e desempenho da ABNT.

1.1.6.3. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, dentro da validade, adequados ao uso, homologados junto aos órgãos competentes de fabricantes idôneos e reconhecidos pela qualidade.

1.1.6.4. Caberá à fiscalização a aprovação dos materiais antes de sua utilização. Na ocorrência de comprovada impossibilidade de adquirir e empregar determinado material especificado deverá ser solicitado sua substituição, a juízo da fiscalização que analisará sua qualidade, resistência, aspecto e preço.

1.1.6.5. Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer sempre que possível:

1.1.6.5.1. Às normas e especificações constantes neste termo de referência;

1.1.6.5.2. Às normas da ABNT;

1.1.6.5.3. Às prescrições e recomendações pelos fabricantes;

1.1.6.5.4. Às normas internacionais consagradas, na falta das normas ABNT;

1.1.6.5.5. Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;

1.1.6.5.6. Aos critérios de sustentabilidade.

1.1.7. NORMAS GERAIS.

1.1.7.1. A **CONTRATADA** obriga-se a manter os ambientes constantemente limpos, as ferramentas e equipamentos devidamente organizados e guardados em local de acesso exclusivo, bem como, tomar todas as medidas para evitar a exposição de funcionários ou usuários das instalações a quaisquer riscos.

1.1.7.2. E de responsabilidade a **CONTRATADA** guardar os bens, materiais, equipamentos de sua propriedade durante a execução.

1.1.8. SEGURANÇA DO TRABALHADOR (EPCs e EPIs).

1.1.8.1. Na execução dos serviços deverão ser fornecidos e utilizados todos os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e Equipamentos de Proteção Individual (EPI), que se fizerem necessários, bem como demais dispositivos de segurança.

1.1.8.2. Fornecimento e instalação de equipamentos e infraestrutura necessária para trabalhos em altura, assim como equipe devidamente qualificada conforme as normas aplicáveis ao Acompanhamento dos Serviços por Técnico de Segurança do Trabalho.

1.1.8.2.1. Em todos os itens deverão ser obedecidas as NR's (Normas Regulamentadoras), e em especial:

1.1.8.2.1.1. NR-06 Equipamento de Proteção Individual (EPI);

1.1.8.2.1.2. NR-35 (Trabalho em altura - Certificados, APR, PT e no mínimo 02 funcionários).

1.1.8.2.2. Deverão ser fornecidos e instalados Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) que se fizerem necessários no decorrer dos serviços, de acordo com o previsto na NR-18 da Portaria n.º 3214 do Ministério do Trabalho.

1.1.9. CONSUMO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA.

1.1.9.1. As despesas referentes ao consumo de água e energia elétrica correrão por conta do SENAR-AR/MS, visto que o mesmo permanecerá em funcionamento durante os serviços.

1.1.10. GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS.

1.1.10.1. Os materiais originados dos serviços executados deverão ser transportados de acordo com as diretrizes do município de Campo Grande, de modo que não sejam gerados passivos ambientais.

1.1.11. SERVIÇOS PRELIMINARES.

1.1.11.1. A **CONTRATADA** deverá tomar todas as providências necessárias à sua mobilização, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir da emissão da assinatura do contrato, para o início dos serviços.

1.1.11.2. A Mobilização compreende o efetivo deslocamento e instalação no local onde deverão ser realizados os serviços, do pessoal técnico e de apoio, materiais e equipamentos necessários à execução dos mesmos.

1.1.11.3. A Desmobilização compreende a desmontagem e retirada do local de todo efetivo da empresa contratada, além dos equipamentos e materiais de propriedade exclusiva da **CONTRATADA**, entregando a área das instalações devidamente limpa.

1.1.11.4. A **CONTRATADA** ao final do serviço, será a única responsável pela limpeza do local devendo este ser entregue em perfeito estado de conservação onde deverá ser:

a) limpar pelo menos uma vez por dia toda área de trabalho, devendo ser instalada, caso seja necessário, caçamba específica para o uso de entulhos em local acordado com a fiscalização do **SENAR-AR/MS**, e de acordo com a legislação pertinente.

b) a caçamba com entulhos deverá ser periodicamente removida do canteiro e encaminhada às áreas de deposição liberadas pelo órgão regional competente, conforme legislação vigente e regras relativas ao meio-ambiente. A locação da caçamba, se necessário, será de responsabilidade da **CONTRATADA**, sem quaisquer ônus para o **SENAR-AR/MS**.

c) retirados todos e quaisquer resíduos inerentes aos serviços (caliças, excessos de areia, brita, cimento, restos de argamassa, materiais gerais de consumo produtivo, madeiras;

d) todos os pisos deverão ser totalmente limpos, e todos os detritos que ficarem aderentes, deverão ser removidos, sem danos às superfícies.

e) Durante a limpeza deve-se ter o cuidado de vedar todos os ralos para que os detritos provenientes da limpeza não venham a obstruí-los posteriormente.

f) Todos os metais, ferragens e louças deverão ficar totalmente limpos, sem manchas de tinta, tendo sido removido todo o material aderente até que se obtenha suas condições normais, deverá haver cuidado especial com a limpeza dos vidros, sobretudo junto às esquadrias, removendo os resíduos.

g) Os pisos e superfícies deverão estar completamente limpos e isentos de manchas e riscos decorrentes da utilização de produtos químicos e materiais abrasivos, sob pena de serem substituídos.

h) Os resíduos e materiais descartados e que o **SENAR-AR/MS**, não tenha interesse, deverão ser retirados pela **CONTRATADA**.

i) Esta limpeza deverá ser avaliada pela fiscalização do **SENAR-AR/MS**.

j) A limpeza final, não isenta a **CONTRATADA** de manter a condução dos serviços sempre limpa durante todo o seu transcorrer.

1.1.12. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

1.1.12.1. As superfícies deverão estar bem niveladas e uniformes, lisa, sem ondulações, lixada e limpa, pronta para recebimento da pintura., o ambiente deverá estar totalmente limpo.

1.1.12.1.1. Pinturas e Aplicação de massa acrílica:

1.1.12.1.1.1 Descrição: Massa niveladora à base de dispersão aquosa de copolímero estireno acrílico, cargas minerais inertes, e aditivos, para uso interno e externo, resistente à abrasão. Rendimento: conforme descrição do fabricante.

1.1.12.1.1.2 Aplicação: Em alvenarias externas e internas, para nivelar, uniformizar e corrigir imperfeições rasas de reboco, concreto, superfícies cimentícias, gesso etc., obtendo-se superfície lisa após lixamento, para posterior pintura de acabamento.

1.1.12.1.1.3 Execução: Ler e respeitar as indicações dos rótulos das embalagens.

1.1.12.1.1.4 Observar as seguintes instruções para pintura e massa acrílica:

- a) Não aplicar com temperaturas inferiores a 10°C e umidade relativa do ar superior a 90%.
- b) A superfície deve estar firme, coesa, limpa, seca, sem poeira, gordura, graxa, sabão ou mofo antes de qualquer aplicação.
- c) Antes da utilização, deve-se homogeneizar cada produto de forma a garantir que todo o conteúdo da embalagem esteja uniforme.
- d) A diluição deve respeitar a indicação do fabricante de acordo com o tipo de substrato, bem como a aplicação deve ser feita com as ferramentas indicadas pelos fabricantes;
- e) Aplicar em camadas finas com espátula ou desempenadeira até obter o nivelamento desejado.
- f) Aplicar 2 demãos, respeitando o intervalo de tempo entre elas, conforme orientação do fabricante, para que não haja perda de desempenho do produto, tais como enrugamento ou deficiência na secagem ou baixa coesão;
- g) Aguardar o tempo indicado pelo fabricante para secagem final, antes de efetuar o lixamento e remoção do pó, para posterior aplicação da pintura.
- h) O pó deverá ser removido com pano ou escova macia.
- i) **Normas: NBR 13245:2011** - Tintas para construção civil — Execução de pinturas em edificações não industriais — Preparação de superfície, além das boas práticas da Engenharia nos serviços executados, bem como seguir todas as normas e procedimentos de segurança.

1.1.12.1.2. Pintura com tinta acrílica:

1.1.12.1.2.1. Descrição: Tinta à base de dispersão aquosa de polímeros acrílicos e vinílicos, cargas inertes, glicóis e tensoativos etoxilados/carboxilados, bactericida e fungicida a base de isotiazolonas, lavável, para paredes internas e externas.

1.1.12.1.2.2. Aplicação: Em paredes internas e externas, sobre superfícies de reboco, gesso, concreto, superfícies cimentícias etc.

1.1.12.1.2.3. Execução: Ler e respeitar as indicações dos rótulos das embalagens.

1.1.12.1.2.4. Observar as seguintes instruções para tinta acrílica:

- a) Não aplicar com temperaturas inferiores a 10 °C e umidade relativa do ar superior a 90%.

- b) Não aplicar o produto em áreas externas em dias chuvosos ou com ocorrência de ventos fortes que possam transportar poeira ou partículas suspensas no ar para a pintura.
- c) A superfície deve estar firme, coesa, limpa, seca, sem poeira, gordura, graxa, sabão ou mofo antes de qualquer aplicação.
- d) Quando necessário ou especificado, aplicar a massa corrida (serviço à parte).
- e) Aplicar uma camada de fundo preparador, cuja função é de aumentar a coesão da superfície, fixando as partículas soltas. Aguardar o tempo indicado pelo fabricante para secagem final para posterior aplicação da pintura.
- f) Antes da utilização, deve-se homogeneizar cada produto de forma a garantir que todo o conteúdo da embalagem esteja uniforme.
- g) A diluição deve respeitar a indicação do fabricante de acordo com o tipo de substrato, bem como a aplicação deve ser feita com as ferramentas indicadas pelos fabricantes;
- h) Proteger os objetos e instalações contra respingos e rebarbas, devendo os mesmos ser cobertos com jornais, plásticos, fitas, etc. Atenção especial aos cantos e requadros.
- i) A aplicação pode ser feita com pincel, rolo ou revólver, de acordo com instruções do fabricante.
- j) Aplicar 2 demãos, com os intervalos recomendados pelo fabricante, para que não haja perda de desempenho do produto, tais como enrugamento ou deficiência na secagem ou baixa coesão;
- k) Proteger o local durante o tempo necessário para a secagem final, conforme indicação do fabricante.
- l) **Normas: NBR 13245:2011** - Tintas para construção civil — Execução de pinturas em edificações não industriais — Preparação de superfície, além das boas práticas da Engenharia nos serviços executados, bem como seguir todas as normas e procedimentos de segurança.

1.1.12.1.3. Pintura com esmalte sintético.

1.1.12.1.3.1. Descrição: Resina alquídica para madeiras e metais, novos e repinturas, internas e externas, alta estabilidade, cobertura, durabilidade, resistência à lavabilidade (sabão, detergente e outros), bom alastramento/nivelamento, baixa toxicidade, baixo odor.

1.1.12.1.3.2. Aplicação: Uso geral para exteriores e interiores, em superfícies de metais, madeira e outras superfícies indicadas (estrutura metálica, forro, parede, esquadria, grade, alambrado, portão, rodapé, gradil, moldura, cerca, calha, rufo, condutor, baguete, etc.).

1.1.12.1.3.3. Preparo para superfície de madeira:

- a) Para um tratamento geral, é necessário eliminar tudo o que estiver solto ou mal aderido, lixando (sempre no sentido dos veios da madeira), raspando ou escovando.
- b) Para superfícies de madeira já envernizadas ou pintadas, observar o estado do envernizamento/ pintura; se estiver bom, basta tirar o brilho com lixa de grana mínima 360 e

retirar o pó.

- c) Em caso de acabamento deteriorado, lixar ou aplicar removedor de pintura até a total remoção do acabamento e limpar a superfície com um pano umedecido com aguarrás ou solvente.
- d) Nos casos de gordura ou graxa, usar água e detergente. Depois, não se esquecer de enxaguar e aguardar a secagem.
- e) Se o problema for o mofo, deverão ser limpas com solução de água sanitária (1:1 de água potável e água sanitária), ou removedor, aguardar uma hora para fazer efeito; só depois fazer o enxágue. Repetir essa operação até que o mofo desapareça.
- f) As imperfeições encontradas nas superfícies das madeiras deverão ser corrigidas com a aplicação de massa de óleo que, após secagem, deverá ser lixada e limpa, para que possa receber pintura.
- g) As superfícies de madeira depois de lixadas devem ser limpas com um pano umedecido com aguarrás ou solvente.
- h) Deve, também, aplicar-se uma demão de fundo, com a finalidade de melhorar a superfície a ser pintada, conforme orientações no item EXECUÇÃO.

1.1.12.1.3.4. Execução:

- a) Ler e respeitar as indicações dos rótulos das embalagens;
- b) Não aplicar com temperaturas inferiores a 10 °C e umidade relativa do ar superior a 90%.
- c) Não aplicar o produto em áreas externas em dias chuvosos ou com ocorrência de ventos fortes que possam transportar poeira ou partículas suspensas no ar para a pintura.
- d) A superfície deve estar firme, coesa, limpa, seca, sem poeira, gordura, graxa, sabão ou mofo antes de qualquer aplicação.
- e) Aplicar uma camada de fundo preparador, cuja função é de aumentar a coesão da superfície, fixando as partículas soltas. Aguardar o tempo indicado pelo fabricante para secagem final para posterior aplicação da pintura.
- f) Antes da utilização, deve-se homogeneizar cada produto de forma a garantir que todo o conteúdo da embalagem esteja uniforme.
- g) A diluição deve respeitar a indicação do fabricante de acordo com o tipo de substrato, bem como a aplicação deve ser feita com as ferramentas indicadas pelos fabricantes;
- h) Proteger os objetos e instalações contra respingos e rebarbas, devendo os mesmos ser cobertos com jornais, plásticos, fitas, etc. Atenção especial aos cantos e requadros.
- i) A aplicação pode ser feita com pincel, rolo ou revólver, de acordo com instruções do fabricante.
- j) Aplicar 2 demãos, com os intervalos recomendados pelo fabricante, para que não haja perda de desempenho do produto, tais como enrugamento ou deficiência na secagem ou baixa

coesão;

k) Proteger o local durante o tempo necessário para a secagem final, conforme indicação do fabricante.

l) **Normas: NBR 13245:2011** - Tintas para construção civil — Execução de pinturas em edificações não industriais — Preparação de superfície, além das boas práticas da Engenharia nos serviços executados, bem como seguir todas as normas e procedimentos de segurança.

1.1.13. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

1.1.13.1. Para a execução dos serviços deverão ser utilizados materiais de linha Premium, conforme requisitos estabelecidos pela ABNT NBR 15079-1:2021.

1.1.13.2. São consideradas como marcas de referência para os materiais a serem usados: Coral, Suvinil e Sherwin-Williams.

1.1.13.3. A Fiscalização poderá, a seu critério, solicitar a execução de retoques ou pintura parcial, caso não considere suficiente a cobertura depois da 2ª demão.

1.1.14. RECEBIMENTO DO OBJETO

1.1.14.1. Concluída a execução dos serviços, o objeto será provisoriamente recebido pelo **SENAR-AR/MS**, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 10 (dez) dias, contados da data da comunicação escrita da **CONTRATADA**.

1.1.14.2. O **SENAR-AR/MS**, poderá recusar o recebimento provisório, caso haja inconformidades significativas quanto às especificações e com relação ao padrão de qualidade.

1.1.14.3. No caso de inconformidades que não impeçam o recebimento provisório, estas serão relacionadas em documento anexo ao termo circunstanciado e deverão estar corrigidas até o recebimento definitivo.

1.1.14.4. O prazo para execução das inconformidades apontadas pelo **SENAR-AR/MS**, será definido pelo Fiscal do Contrato, após análise da complexidade dos serviços, e será informado no Termo de Recebimento Provisório, não podendo ultrapassar 15 (quinze) dias.

1.1.14.5. Após o recebimento provisório do serviço e até seu recebimento definitivo, a **CONTRATADA** deverá fornecer toda assistência técnica necessária à solução das imperfeições detectadas na vistoria final, bem como as surgidas nesse período, independentemente de sua responsabilidade civil.

1.1.14.6. O recebimento definitivo do serviço será efetuado pelo **SENAR-AR/MS**, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, ficando a **CONTRATADA** obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

1.1.14.7. O recebimento dos serviços está condicionado ainda à verificação do atendimento aos seguintes aspectos:

a) Ressarcimento ao **SENAR-AR/MS**, por eventuais prejuízos, vícios e danos provocados ao seu patrimônio durante a execução dos serviços ou após a entrega provisória do novo fechamento da platibanda, caso seja comprovado que o prejuízo tenha sido ocasionado por negligência da **CONTRATADA** ou por vício.

b) Pleno atendimento ao projeto; às normas; às especificações; e, aos padrões de qualidade.

c) Limpeza geral do serviço na entrega.

1.2. O Edital e os ANEXOS I, II, III, IV, VI, VII, VIII e IX são considerados partes integrantes e indissociáveis deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

2.1. Integram este instrumento os documentos a seguir discriminados, cujo inteiro teor as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação:

a) Edital nº xxx/2025 e seus Anexos.

b) Proposta de Preços da **CONTRATADA**.

c) Documentos de Habilitação.

d) Demais elementos integrantes do processo licitatório.

2.2. Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este instrumento, definirem a sua extensão, e desta forma, reger sua adequada execução, independentemente de transcrição.

2.3. O presente instrumento, tem-se por instruído com as certidões de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual ou Municipal (aquela que for pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste instrumento), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST) da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DAS FONTES DE RECURSO

3.1. O valor da contratação é de **R\$ xxxxxx** (xxxxxxxxxxxxxx).

3.2. As despesas com a contratação correrão por conta dos recursos previstos no orçamento anual do **SENAR-AR/MS**, por conta do(s) seguinte(s) **CÓDIGO(S) ORÇAMENTÁRIO(S): xxxxxxxxxxxxxx**.

3.3. O presente instrumento poderá sofrer acréscimos em até 50% (cinquenta) do valor global atualizado, na forma do art. 38 do RLC do SENAR e suas alterações.

3.3.1. Poderá ainda sofrer supressões, nos limites estabelecidos entre as partes.

3.3.2. Os acréscimos e supressões deverão ser calculados sobre o valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O presente instrumento vigorará pelo período de **120 (cento e vinte) dias**, contados a partir da data de xx de xxxxx de xxxx, já contemplando o prazo de execução do objeto.

4.2. Todas as alterações contratuais por acordo entre as partes, desde que justificadas e as decorrentes de necessidade de alterações de preço e/ou prazo deverão ser formalizadas por meio de **TERMO ADITIVO**, desde que observados os motivos de conveniência e oportunidade, hipóteses legais previstas no RLC do SENAR.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O regime de execução adotado será **empreitada indireta por preço global**.

5.1.1. Pelo fato de o objeto deste instrumento ser contratado por “preço certo e total” e tendo a **CONTRATADA** concordância de que a documentação recebida para a formação de preços suficiente e satisfatória para a completa e integral execução do serviço, erros ou omissões no orçamento relativos à variação quantitativas e/ou nos valores dos serviços contratados, não serão consideradas para efeitos de aditivos contratuais.

5.2. A prestação dos serviços, após assinatura do contrato e início de sua vigência, ocorrerá de **forma integral**, em conformidade com as características e quantidades indicadas neste instrumento, atendendo as necessidades do **SENAR-AR/MS**.

5.3. O prazo para a execução total dos serviços será de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir do início da vigência, na sede da Administração do **SENAR-AR/MS**, localizada na Rua Marcino dos Santos, n.º 401, Bairro Chácara Cachoeira II, Campo Grande/MS, CEP: 79040-902, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h.

5.3.1. O início efetivo da execução serviços deverá ocorrer no prazo máximo de 14 (quatorze) dias, contados do início da vigência contratual.

5.4. A **CONTRATADA** deverá providenciar e entregar à FISCALIZAÇÃO do serviço, antes do início dos serviços, as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), ou documento equivalente, da execução do serviço, de todos os profissionais envolvidos.

5.5. Estão previstas no máximo 02 (duas) medições durante a prestação dos serviços, conforme cronograma físico-financeiro proposto pela **CONTRATADA** e aprovado pela **SENAR-AR/MS**, não serão efetuados pagamentos em valores inferiores ao cronograma físico-financeiro proposto pela **CONTRATADA**.

5.6. O **SENAR-AR/MS** poderá recusar qualquer serviço e/ou material defeituoso, devendo a **CONTRATADA** promover o reparo ou substituição.

5.6.1. A **CONTRATADA** mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus materiais, ou do próprio material, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em

parte, o objeto desta contratação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

5.8. A aprovação do objeto pela inspeção ou a sua dispensa, não diminui e nem altera a plena e total garantia contra defeitos de fabricação dos materiais, produtos e/ou equipamentos empregados na execução, e não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA** por vícios de quantidade ou qualidade do material ou disparidade com as especificações técnicas exigidas neste instrumento ou atribuídas a **CONTRATADA**, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades verificadas durante sua utilização, garantindo-se ao **SENAR-AR/MS** as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9. Na execução do objeto deverão ser observadas, de modo geral, as Especificações, Posturas, Normas Técnicas, Leis e Regulamentos vigentes em todo o território nacional, bem como será necessário possuir e/ou observar, independente de exigência expressa neste instrumento ou seus anexos, as licenças, alvarás e/ou certificados necessários à prestação de serviços relacionados a qualquer dos materiais envolvidos na execução do objeto, incluindo, mas não se limitando, as expedidas pelos órgãos fiscalizadores, agências de regulação, institutos de metrologia, órgãos de controle ambiental.

5.10. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto deste Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DOS CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO

6.1. De acordo com o regime de contratação “Empreitada Indireta Por Preço Global”, as medições serão efetuadas de acordo com a evolução física do serviço.

6.2. Para tanto, a **CONTRATADA** deverá fornecer o Cronograma Físico-Financeiro detalhado do serviço, por ela elaborado, documento que passará a integrar o contrato, contendo a especificação física completa de todas as etapas, subetapas, parcelas, trechos ou subtrechos necessários às medições, ao monitoramento e ao controle dos serviços.

6.3. As medições serão realizadas em função das unidades de serviços efetivamente concluídas, com os preços previamente definidos na planilha orçamentária do serviço, respeitando a cronologia correta das etapas construtivas e de acordo com o estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro aprovado.

6.4. Somente serão considerados os serviços concluídos e aprovados pela FISCALIZAÇÃO do **SENAR-AR/MS**, desde que executados de acordo com as especificações constantes nos projetos e memoriais.

6.5. Caso os serviços previstos numa etapa do Cronograma Físico-Financeiro não tenham sido executados, qualquer serviço da parcela seguinte não será pago.

6.6. Caso os serviços executados sejam superiores aos previstos no Cronograma Físico Financeiro para cada período, estes poderão ser faturados desde que todos os serviços das etapas anteriores tenham sido concluídos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.2. O pagamento será realizado em parcelas mediante medições realizadas de forma conjunta entre a **CONTRATADA** e o **SENAR-AR/MS**, conforme item **5.5.** deste instrumento, não sendo aceitas medições com valores inferiores ao total acumulado.

7.2.1. Para efeito de medição, somente serão considerados os serviços aprovados pela FISCALIZAÇÃO do **SENAR-AR/MS**, desde que executados de acordo com as especificações constantes dos projetos e memoriais, conforme critérios de medição.

7.3. Não serão computados para estes fins de pagamento, serviços executados em desacordo com as especificações técnicas constantes dos projetos e memoriais descritivos, cabendo à **CONTRATADA** sua imediata correção, sem ônus para o **SENAR-AR/MS**.

7.4. Após aprovação da medição, para que seja efetuado o devido pagamento e sem prejuízo de serem exigidos outros documentos, a critério do **SENAR-AR/MS**, a **CONTRATADA** deverá apresentar os documentos relacionados a seguir (tanto da pessoa jurídica quanto dos subempreiteiros), os quais serão conferidos pela FISCALIZAÇÃO:

- a)** Nota Fiscal, após autorização da Fiscalização;
- b)** DCTFWeb – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos;
- c)** Guia SEFIP/GFIP;
- d)** Guia de Previdência Social – GPS e Comprovante de Pagamento;
- e)** Guia de Recolhimento do FGTS e Comprovante de Pagamento;
- f)** Folha de Pagamento/Holerite/Comprovante de Pagamento;
- g)** Controle de Transporte de Resíduos – CTR;
- h)** Licenças de Caçambas, se aplicável;
- i)** Diário de Obras;
- j)** Relatório Fotográfico;
- k)** Planilha de Medição;
- l)** Cronograma Físico-Financeiro (a partir da 2ª medição);
- m)** Cadastro Nacional de Obras – CNO (1ª medição, quando aplicável);
- n)** Declaração do Simples Nacional, se aplicável;
- o)** Declaração de opção pela Desoneração da Folha de Pagamento, se aplicável;
- p)** Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (1ª medição, quando aplicável);
- q)** Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (1ª medição, quando aplicável).

7.4.1. Havendo alteração em seu quadro de funcionários, a **CONTRATADA** deverá apresentar relação atualizada e devidamente vistada pelo Responsável Técnico, bem como todos os documentos comprobatórios dos recolhimentos devidos.

7.5. O **SENAR-AR/MS**, ainda, se reserva o direito de reter quaisquer importâncias referentes a outros impostos, taxas, contribuições, e recolhimentos obrigatórios, incidentes sobre a prestação de serviços ora contratada, desde que não comprovado seus pagamentos pela **CONTRATADA**.

7.6. O pagamento, decorrente da execução do objeto será efetuado por meio de crédito em conta bancária de natureza jurídica após a apresentação da nota fiscal e recebimento do objeto, em até 25 (vinte e cinco) dias, respeitando o Cronograma de Pagamentos do **SENAR-AR/MS**, onde:

a) Os pagamentos serão efetuados nos dias 15 e 30 de cada mês, mediante crédito em conta bancária de sua titularidade, sendo programados para o primeiro dia útil subsequente caso recaiam sobre feriado, final de semana ou data em que não haja expediente no **SENAR-AR/MS**.

b) As notas fiscais recebidas e aceitas entre os dias 21 e o dia 05 do mês seguinte terão seus pagamentos executados no dia 15 mais próximo.

c) As notas fiscais recebidas e aceitas entre os dias 06 e 20 de cada mês terão seus pagamentos executados no dia 30 mais próximo.

7.6.1. A liquidação financeira ficará condicionada à entrega e aceitação do objeto, bem como o envio da respectiva nota fiscal para o e-mail notafiscal@senarms.org.br.

7.6.2. Os documentos fiscais encaminhados em data que não houver expediente no **SENAR-AR/MS**, serão considerados como recebidos no primeiro dia útil subsequente.

7.6.3. As notas fiscais deverão ser encaminhadas para o e-mail notafiscal@senarms.org.br no ato de sua emissão, a fim de evitar transtornos caso seja necessário o seu cancelamento.

7.6.4. Não produzirão efeitos, notas fiscais endereçadas a e-mail que não seja aquele previsto no **subitem 7.6.3**, nem documentos fiscais cujo envio não tenha sido autorizado pelo **SENAR-AR/MS**.

7.7. A nota fiscal, para liquidação e pagamento da despesa deverá estar obrigatoriamente atestada pelo **SENAR-AR/MS**, ficando a **CONTRATADA** obrigada a comprovar a regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual ou Municipal (aquela que for pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste instrumento), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST).

7.7.1. Caso a execução do objeto seja realizada através de nota fiscal da Matriz ou Filial cujo CNPJ seja diferente do constante na Proposta apresentada, esta deverá estar acompanhada das mesmas certidões mencionadas no item anterior.

7.7.1.1. Somente poderá ocorrer a situação acima, caso não ocorra à alteração de Alíquota de ICMS ou qualquer outro custo que possa ser creditado ao **SENAR-AR/MS**.

7.8. Deverá constar na nota fiscal emitida: o período faturado, as quantidades, o valor unitário, o valor total, o número da conta bancária de natureza jurídica, agência e banco a ser efetuado o pagamento, o número do Contrato.

7.9. Valores constantes da Nota Fiscal deverão refletir fidedignamente o objeto contratado pelo **SENAR-AR/MS**.

7.10. As notas fiscais não aprovadas pelo **SENAR-AR/MS** serão devolvidas à **CONTRATADA**, para as devidas correções, acompanhadas dos motivos de sua rejeição, renovando-se o prazo para pagamento estabelecido no **subitem 7.7** deste Instrumento, a partir da sua reapresentação, sem qualquer tipo de correção de seu valor.

7.11. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos pertinentes à execução do objeto não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **SENAR-AR/MS**, nem pode onerar o objeto contratado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das demais previstas neste documento ou dele decorrentes:

8.1.1. Designar um responsável para exercer a fiscalização deste instrumento junto ao **SENAR-AR/MS** adotando as providências necessárias para a boa execução do objeto.

8.1.2. Manter, durante a vigência deste instrumento, todas as condições de habilitação válidas, apresentando sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal, bem como quaisquer outras determinações legais que sejam próprias de seu ramo de atividade mesmo que não inseridas neste instrumento ou instrumentos a ele vinculados.

8.1.3. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

8.1.4. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da execução do objeto, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias.

8.1.5. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento deste instrumento.

8.1.6. Praticar rigorosamente os preços estabelecidos na sua Proposta de Preços para a execução do objeto.

8.1.7. Não subcontratar ou transferir em hipótese alguma os direitos advindos deste instrumento a terceiros, seja a que título for.

8.1.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

8.1.9. Comunicar ao responsável indicado pelo **SENAR-AR/MS** sobre qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

8.1.10. Encaminhar as notas fiscais para pagamento juntamente com as certidões de regularidade fiscal e outros documentos que se fizerem necessários.

8.1.11. Comunicar imediatamente ao **SENAR-AR/MS** qualquer alteração em seus dados cadastrais.

8.1.12. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender, corrigindo imediatamente as deficiências apontadas, sejam elas relativas à execução do objeto ou burocráticas, bem como dará ciência ao **SENAR-AR/MS**, prontamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução do objeto.

8.1.13. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, ao **SENAR-AR/MS** e/ou a terceiros, por seus empregados e/ou prepostos, dolosa ou culposamente, quando da execução do objeto.

8.1.14. Contratar mão-de-obra idônea, que tenha comportamento compatível com o ambiente de trabalho, mantendo bons hábitos de conduta.

8.1.14.1. Não se admitirá a presença de funcionários em inequívoco estado de embriaguez, ainda que eventual, mesmo que seja por uma única vez.

8.1.15. Contratar mão-de-obra suficiente, impondo ritmo e produtividade adequada ao objetivo pretendido, para cumprimento do cronograma estabelecido.

8.1.16. Obter e empregar somente materiais de primeira qualidade, obedecendo as especificações constantes neste instrumento e no projeto aprovado.

8.1.17. Executar os serviços rigorosamente de acordo com as Normas Brasileiras, com as recomendações fornecidas pelos fabricantes dos materiais e com os detalhes constantes nos anexos do Projeto Básico.

8.1.18. Quando necessário, empregar somente andaimes que atenda às normas de segurança pertinentes.

8.1.19. Observar todas as leis, regulamentos e posturas referentes à obra e segurança pública.

8.1.20. Respeitar, rigorosamente, no que se refere a todos os seus empregados, a legislação vigente sobre tributos, direitos trabalhistas, previdência social, acidentes de trabalho e demais contribuições.

8.1.21. Fornecer e obrigar os trabalhadores envolvidos na prestação do serviço a usar equipamentos individuais e coletivos de segurança, de acordo com o previsto na NR-06 e NR-18 da Portaria nº 3.214 do Ministério do Trabalho e Emprego e nos demais dispositivos de segurança, e utilizar uniforme (jaleco) e crachá de identificação (da empresa), durante todo o tempo de permanência no local da execução dos serviços.

8.1.22. Apresentar proposta de alterações que julgar convenientes, não sendo aceitas alternativas de equipamentos ou do sistema projetado, ficando a **CONTRATADA** ciente de que a Fiscalização terá a prerrogativa de aceitar ou rejeitar a proposição apresentada e, em caso de rejeição, após análise criteriosa da proposta de alteração apresentada, não caberá recurso por parte da **CONTRATADA**.

8.1.23. Fazer o recolhimento do INSS referente à obra, sendo que, na conclusão da mesma, deverá entregar à Seção de Apoio à Fiscalização a prova de regularidade junto à Previdência Social, em plena validade.

8.1.24. Observar rigorosamente a NR-18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, do Ministério do Trabalho e Emprego.

8.1.25. Manter, durante a vigência deste instrumento, todas as condições de habilitação válidas, apresentando sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal, bem como quaisquer outras determinações legais que sejam próprias de seu ramo de atividade mesmo que não inseridas neste instrumento ou instrumentos a ele vinculados.

8.1.26. Assumir a responsabilidade pelas despesas relativas a taxas, impostos, licenças, alvarás e demais exigências relativas às aprovações dos projetos e execução da obra junto aos órgãos públicos, assim como despesas com transporte de materiais e equipamentos, transportes, estadias e alimentação de pessoal, confecção e afixação de placa de obra dos responsáveis técnicos.

8.1.27. Refazer serviços e detalhes defeituosos ou errados, apontados pela Fiscalização.

8.1.28. Revisar as previsões dos serviços complementares e endossá-los ou solicitar as alterações necessárias.

8.1.29. Prestar, após o recebimento provisório da obra e até seu recebimento definitivo, toda assistência técnica necessária à solução das imperfeições detectadas na vistoria final, bem como as surgidas nesse período, independentemente de sua responsabilidade civil.

8.2. As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução dos serviços serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, devendo, para tanto, ser prevista a obtenção de licenças diversas, pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares.

8.3. SEGURO NO RAMO DE “RISCOS DE ENGENHARIA E INSTALAÇÃO E MONTAGEM”

8.3.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **SENAR-AR/MS**, no prazo máximo de **10 (dez) dias** contados da assinatura deste instrumento, a prestação de garantia, no percentual de **10% (dez por cento) do valor do contrato**, que poderá ser prestada nas seguintes modalidades: caução em dinheiro, seguro garantia ou fiança bancária.

8.3.1.1. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a)** Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato.
- b)** Multas punitivas aplicadas pela fiscalização a **CONTRATADA**.
- c)** Prejuízos diretos causados ao **SENAR-AR/MS** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.
- d)** Obrigações previdenciárias e trabalhistas de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela **CONTRATADA**, quando couber.

8.3.1.2. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

8.3.1.3. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

8.3.1.4. No caso de alteração no valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

8.3.1.5. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pelo **SENAR-AR/MS**, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da **CONTRATADA**, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 07 (sete) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

8.3.1.6. O contratante da apólice fica obrigada a manter a validade da apólice até a expedição, pelo **SENAR-AR/MS**, do Termo de Recebimento Definitivo.

8.3.1.7. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da **CONTRATADA**, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando se tratar de depósito (caução) em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos ao **SENAR-AR/MS**.

8.4. Constituem obrigações do **SENAR-AR/MS**, além das demais previstas neste documento ou dele decorrentes:

8.4.1. Designar formalmente um responsável para fiscalizar, atestar e acompanhar a execução do objeto pela **CONTRATADA**.

8.4.2. Arcar com os compromissos financeiros decorrentes da execução do objeto, nos prazos estabelecidos no presente instrumento.

8.4.3. Fornecer informações, dados e elementos à **CONTRATADA**, das especificações e características pertinentes à execução do objeto.

8.4.4. Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços dentro das normas/especificações contidas neste instrumento e na legislação pertinente em vigor.

8.4.5. Rejeitar qualquer material/produto/serviço em desacordo com as orientações passadas pelo **SENAR-AR/MS** ou com as especificações constantes neste Instrumento, no Termo de Referência, no Edital e seus Anexos.

8.4.6. Notificar, formal e tempestivamente a **CONTRATADA** sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste instrumento.

8.4.7. Notificar a **CONTRATADA** fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades encontradas na execução do objeto.

8.4.8. Atestar as notas fiscais correspondentes, por intermédio da unidade demandante/fiscalizadora.

8.4.9. Efetuar os pagamentos na forma convencionada, dentro dos prazos, desde que atendidas às formalidades previstas.

8.4.10. Não permitir que outrem execute o objeto deste instrumento que se obrigará a **CONTRATADA**.

8.4.11. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

8.5. Não se estabelece, por força deste contrato, direta ou indiretamente, qualquer vínculo empregatício, obrigação, ou responsabilidade de uma Parte CONTRATANTE à outra, com relação aos profissionais que a **CONTRATADA** eventualmente disponibilizar para o cumprimento do objeto deste contrato, correndo por conta exclusiva da **CONTRATADA** todos os encargos decorrentes de legislação vigente, seja trabalhista, previdenciária, securitária, civil ou quaisquer outros que vierem a ser criados pelos Órgãos Públicos, sindicatos e entidades representativas das categorias.

<p>CLÁUSULA NONA – DA OBSERVÂNCIA DO CÓDIGO DE CONDUTA E DAS POLÍTICAS DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO SENAR-AR/MS</p>

9.1. A **CONTRATADA**, em caráter irrevogável e irretratável, assume o fiel cumprimento do Programa de Integridade do **SENAR-AR/MS**, pautando sua conduta durante a vigência de toda a relação contratual nos princípios da ética, da integridade e da moralidade e boa-fé, incluindo, mas não se limitando, a evitar por si e/ou através de terceiros, seja total ou parcialmente, direta e/ou indiretamente, relações e condutas que incorram na prática de atos de corrupção, fraudes ou demais atos ilícitos e contrários às Políticas de Integridade da entidade, sob pena de responsabilização e rescisão contratual.

9.1.1. A **CONTRATADA** se obriga a adotar conduta justa e ética, respeitando as diretrizes estabelecidas no Código de Conduta do **SENAR-AR/MS**, disponível no endereço eletrônico <http://www.senarms.org.br>, o qual desde já declara conhecer e estar vinculada.

9.1.2. A **CONTRATADA** se compromete, ainda, a instruir seus colaboradores alocados na execução deste contrato, sobre o cumprimento obrigatório das diretrizes contidas no Código de Conduta do **SENAR-AR/MS**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO DEVER DE MANTER SIGILO

10.1. A **CONTRATADA** obriga-se a manter em absoluta confidencialidade todas as informações, dados e documentos, aos quais terá acesso em razão da execução deste instrumento, não podendo divulgar, ceder, doar, repassar, vender, reproduzir por quaisquer meios ou transferir as informações, a qualquer título, em qualquer tempo e circunstância, tampouco usá-las em benefício próprio ou de terceiros ou para finalidade diversa da ora ajustada, salvo mediante autorização expressa e por escrito do **SENAR-AR/MS**.

10.1.1. Entende-se por informações confidenciais toda a informação não conhecida pelo público em geral, quer sejam de origem técnica, comercial ou de qualquer outra natureza, manifestadas de forma tangível ou intangível.

10.2. A **CONTRATADA** deve ainda, adotar todas as providências necessárias para somente transmitir as informações a que tiver acesso os seus sócios, integrantes não-sócios, prepostos, representantes, empregados, estagiários, colaboradores e/ou prestadores de serviços que necessitem ter acesso às mesmas para a execução deste instrumento, obrigando-se a cumprir com todas as obrigações de confidencialidade contidas nesta cláusula.

10.3. Se a **CONTRATADA** for obrigada, por ordem judicial, administrativa ou de órgão governamental, por lei, norma, regulamentação ou por intimação ou outro procedimento legal aplicável à divulgação de informações confidenciais, ela poderá fazê-lo sem que seja caracterizado o descumprimento desta cláusula, desde que o **SENAR-AR/MS** seja imediatamente notificado acerca de referida solicitação e que a tenha cumprido no limite do exigido.

10.4. Caso a **CONTRATADA** utilize, em benefício próprio ou de terceiros, informações sigilosas às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais, será rescindido, de imediato, o contrato firmado, sem prejuízo de ser responsabilizada civil, criminal e administrativamente e, eventual, apuração e retenção dos créditos decorrentes de sua execução, até os limites dos prejuízos causados ao **SENAR-AR/MS**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O **SENAR-AR/MS** fiscalizará a execução do objeto pela **CONTRATADA** por meio de colaborador designado formalmente e que verificará o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado.

11.2. A fiscalização pelo **SENAR-AR/MS** não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto desse instrumento.

11.3. A ausência de comunicação por parte do **SENAR-AR/MS**, referente a irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas nesse instrumento.

11.4. A fiscalização se reserva ao direito de impugnar caso a execução do objeto pela **CONTRATADA** não forem entregues a contento, ficando a **CONTRATADA** obrigada a refazê-los, sem quaisquer ônus para o **SENAR-AR/MS**.

11.5. O fiscal deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES FIRMADAS PELA CONTRATADA

12.1. A inexecução, total ou parcial, injustificada ou a execução deficiente, irregular ou inadequada do objeto contratado, assim como o descumprimento dos prazos e das condições estipuladas neste instrumento poderá, garantida a prévia defesa da **CONTRATADA**, ensejar sua rescisão contratual, por ausência de justa causa, sendo que para quaisquer destas hipóteses, mesmo que não resultante de rescisão contratual, o **SENAR-AR/MS** poderá, igualmente garantida à prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

12.1.1. ADVERTÊNCIA, nas hipóteses de:

a) prestação de serviço em desconformidade com as especificações técnicas, de execução irregular ou extemporânea do ato de entrega, que não resulte em prejuízo para a execução do contrato.

b) deixar de manter e/ou comprovar sua regularidade fiscal e demais condições de habilitação exigidas para a correta execução do objeto, até finda vigência do contrato.

12.1.2. MULTA MORATÓRIA de natureza não compensatória pelo não cumprimento das condições estabelecidas nesse instrumento, correspondente a:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor do serviço não executado, até o limite de 10% (dez por cento) de seu valor.

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço contratado, quando no ato de seu pagamento não for comprovada a regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual ou Municipal (aquela que for pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste instrumento), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST) e a **CONTRATADA** não providenciar após notificada.

12.1.3. MULTA COMPENSATÓRIA, correspondente à:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado na hipótese de recusa em iniciar os serviços após assinado o contrato.

b) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado na hipótese em que a **CONTRATADA** perder os requisitos de habilitação e não os restabelecer após notificada.

c) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado na hipótese em que se verificar o inadimplemento total ou parcial do ajuste por parte da **CONTRATADA**, determinante para ensejar o cancelamento do contrato.

12.1.4. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do direito de licitar ou contratar com o **SENAR-AR/MS** pelo **prazo de até 03 (três) anos.**

12.2. A ausência de regularidade fiscal da **CONTRATADA** ensejará a interrupção da execução do objeto, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato pelo **SENAR-AR/MS**.

12.3. Para a aplicação das penalidades previstas neste contrato, a **CONTRATADA** será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

12.4. Será instaurado processo administrativo interno (PAI) nas hipóteses de inobservância, pela **CONTRATADA**, do Código de Conduta e das Políticas do Programa de Integridade do SENAR-AR/MS.

12.5. As multas serão cobradas, a critério do **SENAR-AR/MS**, por uma das formas a seguir enumeradas:

a) Mediante descontos nos recebimentos a que a contratada tiver direito;

b) Mediante cobrança judicial.

12.5.1. As multas poderão ser aplicadas tantas vezes quantas forem as irregularidades constatadas.

12.6. As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente com as outras penalidades previstas neste item, assim como com a penalidade de rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da adoção de outras medidas extrajudiciais e/ou judiciais cabíveis.

12.7. Após a decisão definitiva, em se aplicando a penalidade de multa, o **SENAR-AR/MS**, poderá descontá-la dos pagamentos eventualmente devidos à **CONTRATADA** ou proceder a sua cobrança administrativa, devendo ser recolhidas diretamente ao **SENAR-AR/MS** através de depósito em conta bancária indicada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação de sua aplicação, ou ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.

12.8. Acaso os prejuízos decorrentes do inadimplemento por parte da **CONTRATADA** superem o valor das penalidades impostas, o **SENAR-AR/MS** se reserva ao direito de cobrar judicialmente a diferença verificada.

12.9. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo **SENAR-AR/MS** e comprovadamente realizadas pela **CONTRATADA**.

12.10. Em caso de **REINCIDÊNCIA** da **CONTRATADA** em qualquer das hipóteses de inexecução, poderá ser rescindido o contrato unilateralmente, no que tange ao item no qual tenha se sagrado vencedora, cumuladas as penalidades previstas, garantida a defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA

13.1. As Partes, inclusive suas testemunhas, reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos e digitais como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E DAS REGRAS ANTICORRUPÇÃO

14.1. No desenvolvimento das atividades relacionadas com a execução deste Contrato, as Partes observarão, no que couber, as disposições da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) e da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e respectivas regulamentações, comprometendo-se, **SENAR-AR/MS** e **CONTRATADA**, a procederem ao correto e adequado tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso, inclusive pugnando pelo estrito e fiel cumprimento de suas obrigações contratuais relacionadas ao tema.

14.2. A sujeição das Partes, no que couber, às disposições da Lei nº 12.965/2014 e ao seu decreto regulamentador, não implica qualquer obrigação específica em matéria de privacidade e proteção de dados pessoais. Nessa hipótese, o adimplemento de tal obrigação recai sobre os provedores de conexão e aplicação, em sua relação com os internautas e/ou usuários finais.

14.3. A **CONTRATADA** deverá sempre proceder conforme as instruções/orientações recebidas do Senar no que se refere ao tratamento dos dados pessoais no âmbito deste Contrato, sendo que as instruções/orientações são consideradas como (i) as contidas neste Contrato; (ii) as inseridas na Política de Privacidade do Sistema CNA/SENAR, disponível em www.cnabrasil.org.br; e (iii) outras instruções eventualmente repassadas por escrito ao longo da execução do Contrato.

14.4. Nos limites e nos termos da legislação aplicável, fica a **CONTRATADA**, dentre outras atribuições e responsabilidades, obrigada a (i) realizar o tratamento de dados pessoais única e exclusivamente para cumprir o objeto deste Contrato e as demais obrigações nele contidas; (ii) proceder ao tratamento de dados pessoais apenas quando haja base legal que o permita; (iii) obter o consentimento do titular dos dados pessoais, quando necessário; (iv) informar, corrigir,

completar, excluir e/ou bloquear dados pessoais caso assim solicitado pelo titular dos dados e/ou pelo Senar; e (v) adotar medidas físicas, técnicas, administrativas e organizacionais, implementar ferramentas e utilizar tecnologias que sejam necessárias e suficientes para garantir a efetiva proteção, segurança e inviolabilidade dos dados pessoais a que tenha acesso em razão deste Contrato.

14.5. A **CONTRATADA** somente poderá subcontratar qualquer parte dos serviços ora contratados para terceiros (“**suboperador**”), inclusive e especialmente quando esses serviços subcontratados envolverem o tratamento de dados pessoais, mediante prévia e expressa autorização do Senar. Nesse caso, a **CONTRATADA** permanecerá como única e exclusiva responsável, perante o Senar, por tudo quanto disposto neste instrumento, mas deverá celebrar um contrato escrito com o **suboperador** (i) sub-rogando-o no cumprimento das obrigações que lhe são impostas neste Contrato, inclusive no que se refere à proteção de dados; e (ii) estabelecendo medidas técnicas e organizacionais que o **suboperador** deverá implementar para desenvolver o serviço subcontratado em conformidade com a legislação aplicável.

14.6. A **CONTRATADA** deverá notificar o **SENAR-AR/MS** quanto a eventuais reclamações e/ou solicitações recebidas de titulares de dados pessoais e referentes ao tratamento que lhes é deferido, como, por exemplo, para correção, exclusão, complementação e/ou bloqueio de dados pessoais. A **CONTRATADA** não deverá responder às eventuais reclamações e/ou solicitações, salvo prévia e expressa autorização do **SENAR-AR/MS**.

14.7. O **SENAR-AR/MS** notificará a **CONTRATADA**, em até 48h (quarenta e oito horas), para a imediata adoção das providências cabíveis, quando constatar (i) descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, ainda que apenas suspeito, dos termos de qualquer legislação aplicável à proteção de dados; (ii) descumprimento de obrigações contratuais relativas ao tratamento dos dados pessoais; (iii) violação de segurança de dados pela/na **CONTRATADA** ou pelo/no **suboperador**; (iv) exposição e/ou ameaça à proteção e segurança de dados pessoais, no âmbito da Contratada ou do **suboperador**; (v) recebimento de qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (inclusive da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD) que tenha, por objetivo, obter quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais decorrente deste Contrato.

14.8. Cada parte se obriga, ainda, a (a) informar imediatamente a outra em caso de quebra de segurança em relação aos dados pessoais a que tiverem acesso em razão desse Contrato, devendo haver mútua colaboração para a apuração de responsabilidades e para mitigar danos; (b) assegurar aos titulares dos dados o pleno e efetivo exercício ao direito de informação, acesso e oposição, na forma da Lei.

14.9. A **CONTRATADA** compromete-se, também, a auxiliar e cooperar tempestivamente com o Senar quando (i) o Senar tiver que cumprir com obrigações judiciais e/ou administrativas, em

processos e/ou quaisquer outros procedimentos relacionados a tratamento de dados pessoais obtidos e/ou compartilhados em razão deste Contrato, sendo que a **CONTRATADA** deverá fornecer informações e todo tipo de auxílio disponível, a fim de contribuir para a demonstração da lisura do Senar e/ou para mitigação de sua responsabilidade; e (ii) o Senar tiver que cumprir com obrigações derivadas dos direitos dos titulares dos dados pessoais garantidos pela legislação aplicável, sendo que a **CONTRATADA** deverá fornecer informações e contribuir para sanar, tempestivamente, a reclamação e/ou solicitação do titular.

14.10. A **CONTRATADA** não está autorizada, pelo Senar, a compartilhar, alienar, permutar, ceder, doar, publicar e/ou transferir, de qualquer forma, os dados pessoais que sejam obtidos, se originem, ou sejam criados a partir do tratamento de dados decorrente da execução do objeto deste Contrato e das obrigações nele previstas.

14.11. A **CONTRATADA** se compromete a devolver todos os dados pessoais que vier a ter acesso em até 30 (trinta) dias corridos, sem manter cópia(s) armazenada(s), quando (i) o Senar solicitar; (ii) ocorrer a extinção deste Contrato, por qualquer motivo. Em adição, a **CONTRATADA** não deve guardar, armazenar e/ou reter os dados pessoais por tempo superior ao prazo legal ou necessário para a execução do presente Contrato.

14.12. A violação dos preceitos legais aplicáveis, por qualquer das Partes, sujeita a infratora às sanções contratuais, civis e penais decorrentes.

14.13. Caso realize o tratamento de dados pessoais em desrespeito às instruções fornecidas pelo Senar, à Política de Privacidade do Sistema CNA/SENAR, ao disposto neste instrumento, e/ou à legislação aplicável, a **CONTRATADA** será única e integralmente responsável por qualquer dano e/ou prejuízo causado ao Senar, ao titular dos dados pessoais e/ou a quaisquer outras pessoas, assim respondendo inclusive pelos atos do **suboperador**. A **CONTRATADA** se obriga a manter o Senar sempre indene quanto a eventuais custos, despesas, danos e/ou prejuízos decorrentes, direta ou indiretamente, do descumprimento de suas instruções, da Política de Privacidade, do disposto neste instrumento e/ou da legislação aplicável, a qualquer tempo, inclusive após a extinção, por qualquer motivo, do presente Contrato, ficando, ainda, assegurado ao Senar o direito de regresso face à **CONTRATADA** por ações e/ou omissões dela própria e/ou do **suboperador**.

14.14. Ajustam as partes, em caráter irrevogável e irretratável, que a relação contratual ora celebrada deverá obedecer aos mais estritos e rigorosos conceitos e princípios da ética, moralidade e boa-fé na execução do objeto deste instrumento, incluindo, mas não se limitando, a evitar por si e/ou através de terceiros, seja total ou parcialmente, direta e/ou indiretamente, relações, contatos e/ou contratos e parcerias com quaisquer tipos e/ou espécies de agentes que por qualquer meio ou forma tenham tido participação em atividades comerciais ilícitas, incluindo

aí a da concorrência antiética ou desleal, das quais, em função da atividade exercida, as partes dela sabem ou deveriam de saber.

14.15. As partes também, garantem e concordam que, em cumprimento dos seus deveres e obrigações decorrentes deste instrumento, bem como seus sócios, integrantes não-sócios, prepostos, representantes, empregados, estagiários, colaboradores e/ou prestadores de serviços, cumprirão com todas as leis aplicáveis, incluindo leis antissuborno, regras, códigos, despachos, regulamentos, decretos, normas e convenções de qualquer jurisdição relevante, bem como a Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Brasileira), às leis de qualquer país ou qualquer outro diploma legal similar.

14.16. As Partes declaram neste ato que estão cientes, conhecem e entendem os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente Contrato, em especial a Lei nº 12.846/2013 e seu respectivo Decreto nº 11.129/2022 (em conjunto denominadas “Regras Anticorrupção”), comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção.

14.17. As Partes, por si e por seus sócios, administradores, diretores, empregados, prestadores de serviço e agentes que venham a agir em seu nome, se obrigam a conduzir suas práticas comerciais, durante e para a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis e declaram neste ato que: (i) não violaram, violam ou violarão as Regras Anticorrupção; e (ii) têm ciência de que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhecem as consequências possíveis de tal violação.

14.18. A **CONTRATADA** assume que é expressamente contrária à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem do **SENAR-AR/MS** e se compromete a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus sócios, integrantes não-sócios, prepostos, representantes, empregados, estagiários, colaboradores e/ou prestadores de serviços em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações aplicáveis ao **SENAR-AR/MS** e a este instrumento.

14.19. Fica acordado, que nenhuma das partes, poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras, benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob a leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta ao objeto deste instrumento, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus sócios, integrantes não-sócios, prepostos, representantes, empregados, estagiários, colaboradores e/ou prestadores de serviços ajam da mesma forma.

14.20. Qualquer descumprimento das Regras Anticorrupção por qualquer das Partes, em qualquer um dos seus aspectos, ensejará a rescisão motivada imediata do presente Contrato,

independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades previstas neste Contrato e, em caso de ato e/ou omissão que possa ser interpretado como uma violação desta Cláusula, em vez de denunciar o Contrato, a parte inocente, a seu exclusivo critério, poderá suspender os efeitos do presente Contrato até o final da investigação relacionada a tal violação, enviando uma notificação à parte sob investigação a este respeito com efeitos imediatos, sem que a parte inocente incorra em qualquer penalidade ou responsabilidade perante a parte sob investigação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. O presente contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por iniciativa das partes, mediante prévio aviso expresso e escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sem prejuízo do cumprimento das obrigações contratuais assumidas até a efetiva data da rescisão.

15.2. O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente pelo **SENAR-AR/MS**, garantida a prévia defesa da **CONTRATADA**, nos seguintes casos:

- a)** inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas;
- b)** o atraso injustificado ou a paralisação do desenvolvimento das atividades relacionadas à execução do objeto deste Contrato, sem justa causa e prévia comunicação, as quais acarretem prejuízo ao SENAR-AR/MS;
- c)** Ausência de regularidade fiscal da **CONTRATADA**;
- d)** ceder ou transferir, no todo ou em parte, os serviços que constituem objeto do presente Contrato;
- e)** reincidência em infração contratual;
- f)** Descredenciamento;
- g)** decretação de falência, a liquidação judicial ou extrajudicial da **CONTRATADA** ou, ainda, o ingresso desta última em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;
- h)** o não atendimento, pela **CONTRATADA**, das recomendações feitas pelo **SENAR-AR/MS** no exercício do direito de acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
- i)** a dissolução ou extinção de qualquer das partes;
- j)** a alteração social ou da estrutura da **CONTRATADA**, que prejudique a execução do Contrato;
- k)** inobservância do Código de Conduta do **SENAR-AR/MS**;
- l)** inobservância das Políticas do Programa de Integridade do **SENAR-AR/MS**;
- m)** inobservância das leis aplicáveis ao combate à corrupção, incluindo leis antissuborno, regras, códigos, despachos, regulamentos, decretos, normas e convenções de qualquer jurisdição relevante, bem como a Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Brasileira), às leis de qualquer país ou qualquer outro diploma legal similar;

n) inobservância das disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e respectivas regulamentações.

15.2.1. A rescisão contratual fica condicionada à notificação da **CONTRATADA** para exercício do contraditório e ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

15.2.2. A rescisão, por qualquer que seja o motivo, não dará à **CONTRATADA**, direito à indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, salvo ressarcimento de despesas autorizadas pelo **SENAR-AR/MS** e comprovadamente realizadas pela **CONTRATADA**, e desde que relacionadas aos serviços contratados.

15.2.3. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do **SENAR-AR/MS**, a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, se houver, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos, o que fica, desde já, expressamente autorizado pela **CONTRATADA**.

15.2.4. A rescisão contratual não afasta eventual aplicação concomitante das penalidades previstas na cláusula décima deste instrumento.

15.3. Caso este contrato seja rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes ou não seja prorrogado, deverá a **CONTRATADA** devolver imediatamente todo e qualquer material, equipamento que tenha sido disponibilizado para a realização dos trabalhos, bem como demais bens de propriedade do **SENAR-AR/MS** que estejam sob sua responsabilidade (crachás de identificação, camisetas, bonés etc.).

15.4. Em caso de cisão, incorporação ou fusão da **CONTRATADA** com outras empresas, caberá ao **SENAR-AR/MS** decidir expressamente pela continuidade do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA NOVAÇÃO

16.1. A não utilização, por qualquer das partes, dos direitos assegurados a elas, neste instrumento e na legislação em geral, e a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas não importam em novação a seus termos; não devendo, portanto, ser interpretadas como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras, e todos os recursos postos à disposição do **SENAR-AR/MS** serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir todas as questões oriundas do presente contrato, sendo esta competente para a propositura de qualquer medida judicial, decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam os representantes das partes contratantes o presente instrumento, juntamente com 02 (duas) testemunhas, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Grande, MS, xx de xxxxxx de 20xx.